

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO 2016/2017 PELO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM ACESSIBILIDADE

ITALO RODEGHIERO NETO¹; JULIA BORN PUREZA²; DOUGLAS DE CASTRO BROMBILLA³; CLARISSA CALDERIPE MONTELLI⁴; LUIS ANTONIO DOS SANTOS FRANZ⁵; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – rodeghiero.hoe@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jbornpureza@gmail.com

³Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande – douglasbrombilla@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – cissacal@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – luisfranz@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do último relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), existem cerca de 610 milhões de pessoas possuem alguma deficiência. Estas deficiências podem ser classificadas como físico-motora, sensorial, cognitiva ou múltipla. A deficiência físico-motora relaciona-se a alteração da capacidade de motricidade geral do indivíduo, dificultando ou impossibilitando a realização de diversas atividades. Já a deficiência sensorial condiz com perdas significativas nas capacidades perceptivas do indivíduo, gerando dificuldades auditivas ou visuais, por exemplo. A dificuldade cognitiva pode ser entendida por como a dificuldade que diz respeito a compreensão das informações recebidas (atividades mentais). Por fim, a múltipla relaciona duas ou mais deficiências.

Por acessibilidade espacial entende-se não só a condição do indivíduo de conseguir atingir um lugar desejado, mas também a possibilidade de “[...] compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem.” (DISCHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012). Essas ações devem ser executadas em condições de segurança, conforto e autonomia. Trata-se de um direito civil básico e todos os mecanismos que assegurem a sua implementação devem ser desenvolvidos.

Segundo Bins Ely e Dorneles (2006), devem-se considerar os quatro componentes da acessibilidade, para seu melhor entendimento, divididos em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. As condições de orientação espacial estão relacionadas com a compreensão dos ambientes, para que o indivíduo situe-se e desloque-se a partir das informações fornecidas pelo/no ambiente. Deslocamento corresponde às condições de movimento e livre fluxo no sentido vertical como no horizontal, com a possibilidade de utilização de elevadores e rampas, por exemplo. Já a comunicação corresponde à facilidade de interação interpessoal e sua troca de informação. Por fim, no componente uso, temos a relação da participação em atividades e utilização de mobiliários.

A fim de que todos os indivíduos possam usufruir dos mesmos direitos, em 2004 foi sancionado o Decreto-Lei Federal nº 5296, que estabeleceu prazos para que as edificações existentes se adaptassem à acessibilidade. Além disso, esse Decreto determinou que a consideração dos parâmetros apresentados pela NBR 9050 - Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos - fosse obrigatória. Porém, ainda hoje é possível identificar, em projetos novos e de intervenção (reforma), espaços deficientes, ou

seja: as dificuldades oriundas a partir de uma deficiência podem se sobressair se o ambiente construído não for planejado para atender a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades e limitações.

Com estes dados atuais, é preciso sensibilizar a população sobre as intervenções espaciais necessárias a fim de garantir que todas as pessoas utilizem os mesmos espaços. Além disto, é necessário que os profissionais reconheçam e saibam aplicar as normas e leis vigentes. Por este motivo, os grupos que estudam este tema tem grande importância. Existem núcleos semelhantes ao presente em outras universidades, como o Laboratório de Acessibilidade (LACESSE) da Universidade Federal da Paraíba e o Núcleo de Pesquisa, Estudo e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal (PRO ACESSO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Portanto, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Acessibilidade (NEPEA) tem como objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à acessibilidade no ambiente construído, buscando que a comunidade em geral se sensibilize e, também, que os conceitos que cercam o tema sejam difundidos. Já este resumo visa mostrar os resultados atingidos a partir de algumas ações do programa.

2. METODOLOGIA

São realizadas pelo grupo de trabalho constantes discussões acerca dos principais conceitos envolvidos. Dentre estes conceitos, pode-se citar acessibilidade, deficiências, normas e leis vigentes relacionadas ao tema, entre outros. Ainda, são reconhecidos métodos e técnicas comumente empregados para avaliar as condições de acessibilidade em ambientes construídos, tais como entrevistas individuais, entrevistas com grupos focais, aplicação de questionários, passeio acompanhado, técnica *Walkthrough*, visita exploratória e poema dos desejos, por exemplo.

Os participantes do programa se envolvem, ainda, em uma vivência prática das limitações impostas a partir das diferentes deficiências.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O NEPEA conta, atualmente, com seis integrantes: três professores da Universidade Federal de Pelotas, um professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (*campus* Rio Grande) e dois alunos bolsistas.

Quanto ao ensino, o programa contempla uma disciplina optativa intitulada "Acessibilidade", ofertada nos cursos de Engenharia Civil e de Produção do Centro de Engenharias. Contemplando os projetos de ensino, ainda são elaborados seminários internos, que apresentam os principais conceitos estudados para a futura elaboração de trabalhos.

Em relação aos projetos de extensão, vem sendo realizados minicursos e palestras, geralmente, no meio acadêmico. Estas ações visam difundir os conceitos de acessibilidade para profissionais e estudantes das áreas de engenharia e arquitetura. Entre novembro de 2015 e abril de 2016, realizou-se um minicurso (figuras 01 e 02) durante a V Mostra da Produção Científica e Tecnológica (MPCT) e IV Seminário de Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em Rio Grande, palestra na III Jornada Técnica em Segurança do Trabalho, organizado pelo SENAC, em Bagé, e participação em duas mesas redondas: a primeira (figura 03) sobre acessibilidade no VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, realizado em Recife, e a segunda sobre

ergonomia, na Universidade Federal de Pelotas, contando com professores e alunos de diversos cursos e diferentes instituições.

Figuras 01, 02 e 03 – representação do NEPEA em eventos regionais e nacionais



Figura 01 – professora apresentando o minicurso

Figura 02 – participantes do minicurso durante vivência das dificuldades que acometem as pessoas com deficiências

Figura 03 – apresentação de palestra no VI ENEAC

Fonte: os autores, 2016.

Quando se trata de projetos de pesquisa, existem trabalhos desde o ano de 2013. O primeiro projeto tratou a respeito das condições de orientação espacial no terminal de embarque do Aeroporto Internacional de Pelotas. Em seguida, elaborou-se um projeto que tratava de uma análise pós-ocupação em edificações de uso coletivo, onde estudaram-se as instalações do Shopping Pelotas. O projeto que vem sendo desenvolvido atualmente está relacionado ao estudo da acessibilidade em áreas livres públicas.

O NEPEA busca, a partir de seu site, informar os eventos nacionais e internacionais relacionados ao tema, bem como divulgar as ações e publicações desenvolvidas pelo grupo.

Desde de 2013, foram publicados trabalhos completos em anais de congressos, como o Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído (ENEAC), o Congresso Nacional de Ergonomia – ABERGO, o Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ENTAC) e o Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humanotecnologia (ERGODESING & USIHC). Publicaram-se os resultados (parciais e finais) das atividades realizadas, também, em edições anteriores do Congresso de Iniciação Científica e do Congresso de Extensão e Cultura, da própria universidade.

Na sequência do estudo, pretende-se promover outros cursos que difundam o conhecimento do tema, organizar eventos relacionados à acessibilidade em nível local, regional, estadual e, até mesmo, tem-se a perspectiva de organizar um evento nacional já reconhecido na área.

4. CONCLUSÕES

As questões relacionadas à acessibilidade devem ser levadas em consideração por profissionais responsáveis pela elaboração de projeto desde a sua fase inicial. Na prática, identifica-se que pequenos erros podem causar grandes problemas e impossibilitar o uso de determinado espaço por alguns usuários.

Ao final das atividades disponibilizadas pelo NEPEA, acredita-se que muitos aspectos relacionados à acessibilidade tenham sido esclarecidos. De forma geral,

é necessário que estes conceitos sejam difundidos, para que relevância social e importância se tornem ainda maiores. Além disto, a população precisa se tornar mais sensível quanto ao tema, de modo a tornar a vida das pessoas com deficiências mais confortável e segura.

Conclui-se, ainda, que o programa vem ajudando a comunidade de Pelotas e região – principalmente – a compreender a acessibilidade. Intenciona-se que a UFPel tenha reconhecimento a partir das ações deste núcleo, seja pelas atividades que vem sendo desenvolvidas, bem como pela participação dos integrantes do grupo em eventos de referência para a área.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Acessado em 02 de agosto. 2015. Online. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>

BINS ELY, V. H. M.; DORNELES, V. G. Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano. In: **14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA**, novembro de 2006, Curitiba.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004.** Acessado em 02 de agosto. 2004. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.M; PIARDI, S. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público.** Florianópolis. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU e as pessoas com deficiência.** Acessado em 02 de agosto. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>